



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 77/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 31/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA COPA INTEGRADA DE FUTEBOL.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

A licitação foi deflagrada a partir de solicitação expressa do Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Sr. Rosenei Costa Leite.

A licitação em tela é explícita no sentido de que a administração optou pela licitação nos moldes da Lei nº 8666/93.

Estão anexados os documentos constituídos de orçamentos, Termo e Convênio firmado com a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso. Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para custear o objeto da licitação, Edital, Termo de Referência, Minutas da Ata de Registro de Preços e Contrato.

Em síntese o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:



Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos ser objetivamente definidos em Edital, vejamos:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

O Edital cumpre adequadamente a exigência de descrever o objeto da licitação de forma clara e sucinta. O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, deve estar devidamente especificado de forma clara, objetiva, convenientemente definida no edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo da prefeitura na licitação.

A Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara

O Termo de Referência informa que o objeto da licitação consiste na aquisição de material e serviços para a realização da copinha integrada de futebol,



no qual está presente a relação de itens, com suas respectivas quantidades, valores médios e valores totais. De maneira que o objeto está adequadamente descrito.

Sobre o Sistema de Registro de Preços, vale ressaltar que o mesmo está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito e preço da contratação no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, o Edital, anexos e a minuta da Ata de Registro de Preços que compõem, com as ressalvas a serem sanadas, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 03 de dezembro de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
advogado - OAB-MT 28441-B